



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DOS DIREITOS CONQUISTADOS POR PESSOAS TRANS A PARTIR DE COMENTÁRIOS EM JORNAIS ELETRÔNICOS NACIONAIS E ESTADUAIS

Robson Batista Dias; Prof^ª Dr^ª Zaira de Andrade Lopes

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS / CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais / PPGPsi – Programa de Pós Graduação em Psicologia – Mestrado em Psicologia, robsondias@hotmail.com)

RESUMO

Pessoas trans conquistam a cada dia mais direitos sociais básicos dentro da sociedade brasileira e são evidenciados na mídia. Junto a estes direitos uma infinidade de posturas, pensamentos e discursos contrários e de apoio à estas pessoas surgem e são manifestados publicamente através das falas e de comentários em diversas esferas. A mídia escrita, por si só, já trata-se de mecanismo transmissão de ideias representações acerca desta temática, contudo, os leitores e seus comentários sobre estas notícias revelam-se um espaço privilegiado para observar as Representações Sociais acerca desta temática. O objetivo deste trabalho foi investigar a representação social da conquista de direitos básicos por pessoas trans em jornais eletrônicos. Foram pesquisados 2 (dois) jornais, um de âmbito nacional e um de âmbito estaduais com notícias veiculadas no ano de 2014, cuja análise produziu seis classes de palavras em dois eixos previsíveis: o primeiro, favorável a estes direitos, e o segundo eixo, desfavorável, fortemente marcado por discursos que indicam um julgamento moral dos atores sociais envolvidos acerca destes direitos e da transexualidade como um todo
Palavras chaves: Transexualidade; Representações Sociais, Direitos.

Introdução

Enquanto o último século trouxe inúmeros avanços científicos, sociais e culturais, permitindo que novas configurações sociais se apresentassem e trouxessem novos paradigmas para o campo social, os dispositivos morais norteadores da sociedade, especialmente aqueles ligados aos dogmas religiosos, herança de nossos antepassados, continuam presentes. Os grupos que fogem à regra dos processos sociais normalizadores, são exemplo claro disto. Grupos que apesar de alocados à abjeção vem ganhando voz, vez, tendo suas questões defendidas, conquistando direitos, etc. Contudo, alguns grupos que, ainda



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

encontrando-se à margem da sociedade, esquecidos, e até mesmo negligenciados, como é o caso das identidades trans, começam a ganhar visibilidade no campo político-social.

Para Scott (1998) o conhecimento é adquirido através da visão, que por sua vez, é uma apreensão direta do mundo. Portanto, tornar visível a experiência de um grupo diferente faz com que os mecanismos repressivos da sociedade sejam expostos, ainda que sem explicitar como os mesmos ocorrem. Scott aponta ainda que tornar um movimento visível quebra o silêncio sobre ele ao mesmo tempo que abre novas possibilidades.

A mídia em geral configura-se um espaço significativo para a evidência e discussão desta temática, ainda mais os jornais eletrônicos, uma vez que além de serem espaços que promovem notícias acerca desta temática, favorecem a discussão e manifestações de seus leitores através de comentários nas páginas, que permanecem disponíveis à visualização de outras pessoas e permite também a discussão.

Reflexões sobre a transexualidade e o campo social

A Transexualidade, em uma conjuntura ou disposição histórica no mundo, já ocupou o status de um terceiro sexo, já foi naturalizada e está registrada desde o século I d.C. como algo recorrente na história de grandes imperadores e reis, como Nero que após mata sua esposa e arrepende-se do fato, mandou que encontrassem um escravo que fosse semelhante a ela e, tendo encontrado um homem, ordenou sua transgenitalização e casou-se com ele (GREEN, 1998). Ao longo do tempo e com novas configurações sociais surgindo, vemos que o gênero trans foi perdendo aspecto e tornando-se invisível.

Importante teórico acerca da sexualidade, Foucault (1993) aponta que, a partir do século XIX a sociedade elegeu o sexo, entendendo este como gênero masculino e feminino, um lugar que dita a verdade sobre as pessoas. Assim, temos instaurada na sociedade ocidental repousada sobre a heteronormatividade, na qual a dicotomia sexo-gênero dita os padrões socialmente aceitáveis. Este jogo de dicotomias, fortemente presente em nossa cultura, aponta para polos que se diferem e se opõem, e são rígidos em seus conceitos, ainda que esta concepção de gênero tão polarizada esconda a pluralidade existente em cada polo. Desse



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

modo, homens que se afastam da forma masculina hegemônica socialmente constituída, e são, desse modo, hostilizados e rechaçados, assim como as mulheres (LOURO, 1999).

Corroborando com Foucault, Butler (2012) aponta que a heterossexualização do desejo delimita e institui os sentidos de feminino e masculino, que são, por sua vez, atributos que definem e exprimem o que é ser homem ou mulher. Delimitando a sexualidade em termos tão específicos, a matriz cultural que os sustenta, exige que identidades cujo gênero não decorra do sexo ou identidades cujas práticas sexuais não decorram nem do gênero e do sexo não possam existir. Tais identidades, para Butler, são oportunidades de expor os limites e objetivos da cultura compulsoriamente binária e heteronormativa, evidenciando, desse modo, a pluralidade da constituição do ser humano.

Apesar do discurso médico ter patologizado e estigmatizado os sujeitos trans desde o século XIX, associando o travestismo à uma inversão sexual, a última década foi marcada como uma época de inúmeros avanços político-sociais no que tange à garantia de direitos quando a vivência plena de sua sexualidade. Tem-se como ilustração dessa configuração, por exemplo, leis sancionadas que garantem o uso do nome social em documentos oficiais, no contexto escolar, nas repartições públicas, nos conselhos profissionais e também no Sistema Único de Saúde, além das cirurgias de readequação sexual.

Ainda que, com os inúmeros avanços no campo político/social para a garantia de direitos junto à comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a forma de apresentar-se dos trans gera a exclusão e a chamada transfobia em inúmeras camadas e espaços da sociedade. Engendramos, então, por um processo de compreensão da constituição identitária trans perpassando problemáticas já estabelecidas e cristalizadas na sociedade contemporânea, como o caso da violência e da repudição de todas as configurações que não condizem com as vicissitudes dos padrões moralmente impostos na sociedade ocidental que culmina na exclusão desse grupo.

Segundo Scott (1995), faz-se necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental relativizando os conceitos de gênero binário e lançando mão de uma nova visão acerca dos símbolos e da linguagem. Scott pontua ainda, que devemos examinar a questão de “gênero concretamente, contextualmente e considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo” (1994, p. 19).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Por fim, através da compreensão da construção da subjetividade e da identidade trans como um novo gênero possível, será possível construir novas formas de ser e estar no mundo. Compreendendo estes processos, ou ainda que um fragmento deles, especialmente no campo dos processos educativos, poderemos estabelecer novas formas de relacionar-se com os sujeitos trans e, automaticamente, se configurarão novos processos de ensino-aprendizagem e novas e distintas construções sociais e culturais.

Representações Sociais: Elementos mediadores nas conquistas de direitos

A Representações Sociais configuram-se como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2011, p. 22).

Ao falarmos da Teoria das Representações Sociais, postulada por Moscovici, faz-se necessário entender as dimensões que envolvem a representação para compreender sua inscrição no social, num movimento dialético, que são, segundo esta teoria, a atitude, a informação (dimensão ou conceito) e o campo de representação ou imagem (MOSCOVICI, 1978). Compreendemos, desta maneira, que a representação social constitui-se como um meio de apreender um objeto exterior, até então estranho e torná-lo familiar.

Para Moscovici (1978), a formação de uma representação envolve o aspecto cognitivo, que implica no sistema de valores, de noções e práticas que orientam as interações do indivíduo com o seu meio material e social, bem como a comunidade do qual o indivíduo está inserido que reflete as trocas, a história individual, coletiva e a forma que utiliza o conjunto das representações sociais que legitima para classificar as partes de seu mundo.

Considerando ser um saber que organiza um modo de vida e que permite a um determinado grupo social compreender o mundo que o cerca e resolver os problemas que nele identifica, Moscovici (1978, p. 78) conclui que:

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O saber do senso comum é concebido como um objeto de estudo tão legítimo quanto o conhecimento científico, por sua importância na vida social, por revelarem evidências acerca dos processos cognitivos e as interações sociais. A subjetividade e a formação do indivíduo estão intrínsecas nas inter-relações que este estabelece no contexto histórico-cultural onde está inserido.

Anadon & Machado (2011) define a representação social como a construção de um pensamento social a partir de um saber ordinário (de senso comum) elaborado por e dentro das interações sociais, constituído por elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros, partilhadas por um grupo sociais no que concerne a diferentes objetos (pessoas, acontecimentos, categorias, objetos do mundo etc.) dando lugar a uma visão comum das coisas.

Toda representação não é elaborada a partir de um reflexo do mundo externo na mente, também não é constituída somente pela atividade individual do psiquismo, ela emerge da relação entre o sujeito e o objeto representado. A atividade psíquica. Segundo Jovchelovitch (1995, p. 78), “é através da atividade do sujeito e de sua relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói”.

Moscovici delineou uma configuração estrutural das representações sociais, enquanto processo que passa de um objeto do universo científico para o conhecimento do senso comum, por duas fases que são fundamentais na sua produção: objetivação e ancoragem (MOSCOVICI, 1978).

A objetivação consiste em tornar concretos os conceitos abstratos, isto é, transformar um conteúdo esquematizado em uma integração dos elementos da ciência em uma realidade tida como do senso comum. Os elementos figurativos se modificam em elementos evidentes e simples. Esta realidade orientará as percepções, juízos e condutas, a partir de uma realidade que é construída socialmente. (ANADON & MACHADO, 2011)

Conforme Moscovici (2010), a ancoragem consiste em incorporar os elementos que são estranhos e não familiar nas categorias que são próprias dos indivíduos. Este processo permite introduzir algo desconhecido ao que já foi apropriado pelo indivíduo, para poder interpretá-la e orientar seu comportamento e suas relações sociais.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Metodologia e Procedimentos da Pesquisa

Foram pesquisados comentários de reportagens em dois jornais eletrônicos que envolvessem a temática da transexualidade em consonância com a obtenção de direitos comuns, sendo um de nível estadual e outro nacional. Afim de delimitar a pesquisa e torná-la mais consistente, o critério de escolha das reportagens foi desenhado da seguinte maneira: a) Reportagens dentro dos sites dos jornais eletrônicos que tivessem sido produzidas pelos próprios jornais; b) Que abordassem direitos já conquistados pelas pessoas trans mediante liminar de justiça; c) Dentro do período de 01 de Janeiro de 2014 a 30 de Julho de 2014.

Desse modo, foi escolhido o jornal O Estado de São Paulo em seu formato eletrônico como representante nacional e o jornal Campo Grande News, veiculado de modo estritamente eletrônico como representante estadual. Cada site retornou diversas notícias que envolviam transexuais mas, em sua maioria, envolviam a briga judicial por direitos (como o uso do nome social, utilização dos espaços públicos, etc) e cada jornal, dentro deste período pesquisado, retornou apenas uma notícia sobre direitos já adquiridos.

A reportagem do jornal O Estado de São Paulo data do dia 27 de Julho de 2014 e é intitulada “Shopping de São Paulo libera a entrada de transexuais em banheiro feminino” e no jornal Campo Grande News a reportagem “Ano começa melhor para Transexual que vai poder usar banheiro feminino”. Nas reportagens foram encontrados 15 (quinze) comentários na reportagem do jornal O Estado de São Paulo, sendo 08 (oito) comentários realizados por homens e 07 (sete) e 16 (dezesesseis) comentários no jornal Campo Grande News, sendo emitidos por homens e mulheres em igual proporção, 08 (oito) comentários de homens e 08 (oito) comentários mulheres.

Os dados organizados e analisados por agrupamento de categorias temáticas evidenciadas nos comentários das reportagens e, por fim, analisados de modo a identificar o conteúdo significativo das representações sociais que sobre a transexualidade frente a conquista de direitos. A análise realizada foi de caráter qualitativo pautada na análise de conteúdo como proposta por Bardin (1977), de forma a obter uma descrição objetiva das



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

representações. A organização dos dados buscou evidenciar o núcleo central e os elementos periféricos que as compõe.

Análise dos dados

A análise dos dados valeu-se de um dos métodos utilizados nas Representações Sociais, a fim de interpretar os sentidos que estão oculto nas palavras e revelam sentidos e significados inseridos nos discursos (SPINK, 1994). Para isso, foram identificadas as marcas discursivas presentes nos comentários, que são elementos extraídos das falas, cheios de sentidos e que permitem a aproximação das representações sociais que sintetizam as idéias e pensamentos. Posteriormente, foram agrupadas e delimitadas categorias a partir destas marcas, a fim de categorizar as diferentes representações sobre a temática pesquisada. Sintetizamos o conteúdo em seis categorias distintas: Conquista de direito; homossexualidade versus transexualidade; Aproveitadores; preconceito camuflado; não reconhecimento do gênero e; não separação. Apresentamos abaixo o quadro com as marcas discursivas agrupadas dentro de cada uma das categorias:

CATEGORIAS	MARCAS DISCURSIVAS
Conquista de direito	Humanos; respeito; respeitado; únicos; naturalidade, convivência; inteligência; liberar; respeitar; direito; luta; conquista; iguais; corpo errado
Homossexualidade x transexualidade	Gay, reclamação, não usar de mulheres, não frequentar, homens gays, homens heteros, raça, masculino
Aproveitadores	Aproveitadores, desprovida, sem o órgão, raio-x; câmeras; facilita; frequentar.
Preconceito camuflado	Não dá; censura, não frequentar; sujar; efeitos colaterais; pagará caro; homem hétero cada vez mais raro; a coisa está feia



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Não reconhecimento do gênero	Faz de conta; estado contrário, nascimento; não é bom; não é mulher; não é homem; não devem ficar; cruces
Não separação	Complicado; só para eles, mictório; escolher; cabines; uso comum; naturalidade; casa; area comum; sem separação

Fonte: DIAS, R. B; 2014

Conquista de direito

A primeira categoria que salta nos discursos analisados refere-se a conquista de um direito pelas pessoas trans. Isto fica evidenciado nas falas e nas marcas discursivas, que remetem a naturalidade da situação, a um direito conquistado e portanto que deve ser respeitado uma vez que estas pessoas são iguais, expressas em frases como “tem que respeitar o direito dela sim e não criticar como vem fazendo a população (sic)” e “o mundo é dos que lutam! Direitos não são dados, são conquistados! (sic)”.

Nesta categoria, encontramos ainda discursos que remetem a uma decisão inteligente e que se deve liberar e garantir esse direito visto que as pessoas trans não devem ser observadas a partir de seu gênero biológico. Contudo, apesar de ser a primeira categoria a aparecer nas observações, nota-se que a frequência de respostas deste tipo são escassas em detrimento de outras categorias que denotam pensamentos contrários a esta visão. Nota-se ainda que estes discursos estão presentes em ambos jornais eletrônicos, contudo, são usados argumentos e opiniões mais fortes e frases mais elaboradas no jornal paulista em todas as categorias.

Homossexualidade x Transexualidade

Observamos nesta categoria o atrelamento da homossexualidade a transexualidade, colocadas, desse modo, em um mesmo patamar e sendo equiparadas ou mesmo confundidas. Com base nisto, justificam a sua não concordância a partir de marcas discursivas que apontam uma confusão comum entre estas duas categorias, evidenciadas



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

quando discursam: “vou falar que sou gay e vou começar a entrar no banheiro das mulheres e ninguém vai pode reclamar (sic)” ou ainda ao afirmar que “mesmo sendo gay por opção e nascido do sexo masculino não podemos ter preconceito, mas aí já é demais (sic)”.

Zambrano (2008) aponta que é bastante comum essa confusão entre identidade de gênero (como a identidade de gênero trans, por exemplo) e a orientação sexual (homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade).

Apesar de conseguirmos observar marcas desse discurso em ambos os jornais eletrônicos, o *sulmatogrossense* destaca-se em quantidade e na argumentação acerca disto. O paulista, por sua vez, apresenta marcas tênues e escassas dessa representação, o que demonstra uma compreensão maior desta diferença na região sudeste.

Aproveitadores

As marcas discursivas encontradas apontam para a categoria dos aproveitadores. Nela se insere o discurso do medo de pessoas aproveitarem-se do direito para abusar sexualmente das mulheres e crianças, apontando ainda que o direito facilita o acesso a estes espaços e pode promover tal ação. Curiosamente, discursos neste viés são predominantemente observados nos comentários masculinos, em ambos os jornais.

Os discursos apontam ainda a utilização de raios-x para controle, evitando câmeras e celulares que filmem mulheres, ou ainda apontar que somente pessoas trans “sem o órgão (sic)”, ou seja, que realizaram a cirurgia de readequação sexual, poderiam utilizar o espaço: “Desde que....devidamente desprovida das partes masculinas....(isso deveria ser exigência geral) pois é muito fácil um s... de fazer e aproveitar da situação (sic)”.

Preconceito camuflado

Uma categoria que se destaca é a do preconceito camuflado. Aqui, verificamos nas marcas discursivas inúmeros argumentos que “justificam” a posição adotada por cada pessoa, mas traz intrínseco no discurso o rechaço ao que não é comum. Marcas como não



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

poder frequentar o mesmo espaço, não ser ético, trazer efeitos colaterais futuros denotam os elementos que compõe esta categoria.

“Não é preconceito não. No feminino, eles vão sujar os vasos”, ou “os efeitos colaterais dessas medidas virão a longo prazo e quem pagará caro por isso serão as mulheres” e “lamento muito esta decisão pois ter direito todos tem porem usar banheiro feminino já é muita falta de ética” (sic) são as frases que ilustram tal preconceito. Vemos elementos periféricos da representação social bastante diferente do núcleo central, uma vez que tais elementos servem, no caso, apenas para justificar de maneira socialmente mais aceita a real posição.

Não reconhecimento do gênero

Nesta categoria observamos marcas que apontam para a transexualidade não enquanto um gênero possível, mas como um estado. Caracteriza-se em falas como “Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento” ou ainda “o transexual não é homem mas, também não é mulher” (sic).

Encontramos ainda uma visão patologizada da questão da identidade trans, herança do pensamento estritamente biologizante de nossa sociedade: “Síndrome do "faz de conta" que sou?” (sic); e que denota ainda que o gênero depende do sexo e que, portanto, é definido ao nascimento de uma criança.

Não separação

Nesta ultima categoria encontrada, novamente um discurso favorável é evidenciado, sendo elencado novos fatores como a não diferenciação de banheiros por gênero, mas sim unissex, pontuando inclusive experiencias exitosas em outros locais, além de marcas como o uso de cabines individuais eximir a necessidade de banheiros segregados, ser natural em outros ambientes – como as residencias – do banheiro ser de uso coletivo, etc.

“Na casa das senhoras e dos senhores existem dois banheiros, sendo cada um destes destinado a uma genitália diferente?” ou “nunca entendi a necessidade dessa separação



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

(masculino/feminino) para banheiro, uma vez que há uma porta que isola o vaso sanitário da área comum com lavatórios” (sic) são frases encontradas nos comentários e que ilustram esta categoria, demonstrando o extremo oposto e tratando a temática de forma natural, alicerçados e tendo como parâmetros a vivência cotidiana.

Conclusão

Observamos com as categorias e dados dois posicionamentos gerais acerca do direito conquistado pelas pessoas trans quanto à utilização de banheiros públicos (caso das reportagens): Um grupo favorável e um grupo desfavorável. No primeiro grupo notamos duas representações sociais distintas, embora favoráveis. A primeira mostra os que concordam e defendem o direito de pessoas trans à utilização do espaço público. O segundo, também favorável, evidencia que um grupo de pessoas não compreende a divisão binária da utilização do espaço público, uma vez que em outras esferas, grupos e espaços a utilização é compartilhada sem apresentar problemas.

No contraponto as respostas favoráveis, temos as que denotam não concordar com a decisão. Neste pólo encontramos distintas representações que justificam seu posicionamento, perpassando desde a não aceitação da transexualidade enquanto um gênero possível, até a confusão desta com orientação sexual ou mesmo a associação da liberação da utilização do espaço público com estupros e outras situações de aproveitadores valendo-se deste direito.

Concluimos, portanto, que os valores morais dos atores sociais envolvidos sobrepujam a igualdade de gênero na sociedade e revela ainda uma confusão clara entre identidade e sexualidade. Previsivelmente, observamos dois eixos claros – os favoráveis e os desfavoráveis as decisões – e que apontam para representações sociais distintas dentro deles. Observamos também que existem mais elementos que compõe os comentários desfavoráveis, abrangendo uma gama de fatores controversos de forma a justificar seu pensamento: elementos periféricos distintos e aparentemente não ligados a sexualidade mas que camuflam representações claras.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Referencias

ANADON, M., MACHADO, P. B. Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais. Bahia: Eduneb, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMPO GRANDE NEWS. Ano começa melhor para Transexual que vai poder usar banheiro feminino. 2014. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/ano-comeca-melhor-para-transexual-que-vai-poder-usar-banheiro-feminino>. Acesso em 01 de Agosto de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Shopping de São Paulo libera a entrada de transexuais em banheiro feminino. 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1491846-shopping-de-sao-paulo-libera-entrada-de-transexuais-em-banheiro-feminino.shtml>. Acesso em 01 de Agosto de 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GREEN, R. Mythological, historical and cross-cultural aspects of transsexualism. In: Denny, D. (org) **Current concepts in transgender identity**. New York: Garland Publishing, 1998.

JODELET, D. In: ANADON, M., MACHADO, P. B. Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais. Bahia: Eduneb, 2011.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH (orgs.). Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 61-85.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 3 ed. Petropolis – RJ: Editora Vozes, 1999.

MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Representações Sociais: Investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SCOTT, J. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. nº. 3, Campinas/SP 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007>>. Acesso em 03 de Junho de 2013.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://archive.org/download/scott_gender/scott_gender.pdf>. Acesso em 05 de Junho de 2013.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

_____. A invisibilidade da experiência. **Cultura e Trabalho**. São Paulo. Vol. 16, jan./jun. 1998 (on line). Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>>. Acesso em 05 de Junho de 2013.

SPINK. Mary J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1994

ZAMBRANO, E. "Nós também somos família" : estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.